

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 815.486 - SP (2015/0275299-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : IPIRANGA ASFALTOS S/A
ADVOGADO : MICHEL KALIL HABR FILHO - SP166590
AGRAVADO : NOVAER COMERCIO CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO LTDA
- ME
ADVOGADO : LUANA DOS SANTOS FIGUEIREDO

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

FALÊNCIA - Desnecessidade de protesto especial para fim falimentar - Súmula 41 da Seção de D. Privado deste E. Tribunal de Justiça - Formalidade essencial, todavia, não observada, posto não identificada a pessoa que recebeu os avisos de protestos - Precedentes jurisprudenciais - Súmula " o 361 do STJ e Súmula 52 do TJSP - Recurso improvido.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 1.178 do Código Civil, 14 e 35, I, da Lei 9.492/97, 96, VI, da Lei 11.101/05 e 20 e 267, IV, do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que os preponentes respondem pelos atos dos prepostos, que o protesto válido é devidamente notificado ao devedor e que o recebimento de honorários por meio de convênio com a Defensoria Pública pelo advogado dispensa a fixação dos honorários de sucumbência.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

De início, não há dispositivo legal ou divergência jurisprudencial apontada pertinentes à alegada inviabilidade de acumulação de honorários recebidos pelo advogado mediante convênio com a Defensoria Pública e os honorários de sucumbência, de sorte que incidem as disposições do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

O Tribunal local, outrossim, concluiu não ser possível a identificação de quem recebeu a notificação do protesto, o que impede a decretação da quebra por impontualidade, no que andou de acordo com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, a teor

Superior Tribunal de Justiça

do verbete n. 361.

Afastar a conclusão alcançada pela Corte de origem dependeria de incursão nos elementos informativos do processo.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora